

HABEAS CORPUS Nº 493.678 - SP (2019/0044294-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : TIAGO VASCONCELOS SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : TIAGO VASCONCELOS SILVA - SP333566
FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES LIMA -
SP327530
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JAIMILSON SILVA SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JAIMILSON SILVA SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que denegou a ordem no julgamento do HC n. 2268010-54.2018.8.26.0000, nos termos da seguinte ementa:

HABEAS CORPUS Roubo majorado com emprego de arma de fogo - Requerimento em prol da concessão de liberdade do paciente por excesso de prazo na instrução e insuficiência de provas Não acolhimento - Decisão do digno juízo a quo devidamente fundamentada - Ordem denegada.

Noticia a defesa que o paciente foi preso preventivamente em 11/4/2018 e foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no artigo artigo 157, § 2º, I e V e § 2º-A, I, do Código Penal (denúncia às e-STJ fls. 28/31).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, cuja ordem, como antes relatado, foi denegada, nos termos do acórdão de e-STJ fls. 20/23. Esta é a decisão impugnada.

Na presente impetração (e-STJ fls. 3/19), a defesa alega, em síntese, a violação dos princípios constitucionais da motivação (artigo 93, inciso IX, da CF) e da celeridade na tramitação do processo (artigo 5º, LXXVIII, da CF), diante de suposta ilegalidade da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, que teria se baseado na gravidade abstrata do crime, sem, contudo, apresentar individualização da conduta do paciente. Aduz que não há prova da autoria do delito em relação ao paciente, que nega ter

participado da empreitada criminosa, tampouco adequação aos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Sobre o excesso de prazo, ressalta que o paciente já está preso há mais de 8 (oito) meses e não há previsão de data para o encerramento da instrução criminal.

Pugna, liminarmente e no mérito, pela revogação da prisão preventiva do paciente, com a expedição do alvará de soltura. Subsidiariamente, requer o desmembramento do processo.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, **não** verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

Em relação às decisões que decretaram/mantiveram a prisão preventiva do paciente, consta que ele foi reconhecido pelas vítimas (e-STJ fls. 26/27) e parece que *o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade dos pacientes acarretaria risco à ordem pública, notadamente por se tratar, em tese, de delito de roubo majorado, tendo em vista o 'modus operandi' do delito praticado com emprego de arma de fogo e em concurso de agentes, o que evidencia a periculosidade social dos agentes, circunstâncias aptas a justificar a imposição da segregação cautelar, a fim de assegurar a ordem pública, a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal (Precedentes) [...]* (HC 323.088/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 1º/10/2015, DJe 9/10/2015).

Sobre o excesso de prazo, é consabido que *O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. (Precedentes do STF e do STJ)* (RHC 62.783/ES, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 1º/9/2015, DJe 8/9/2015).

Ademais, a medida antecipatória postulada confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo Colegiado.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos e das informações a serem prestadas pela origem, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da certidão de antecedentes criminais, das decisões que decretaram/mantiveram a prisão preventiva do paciente, e da senha para acesso às informações processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator